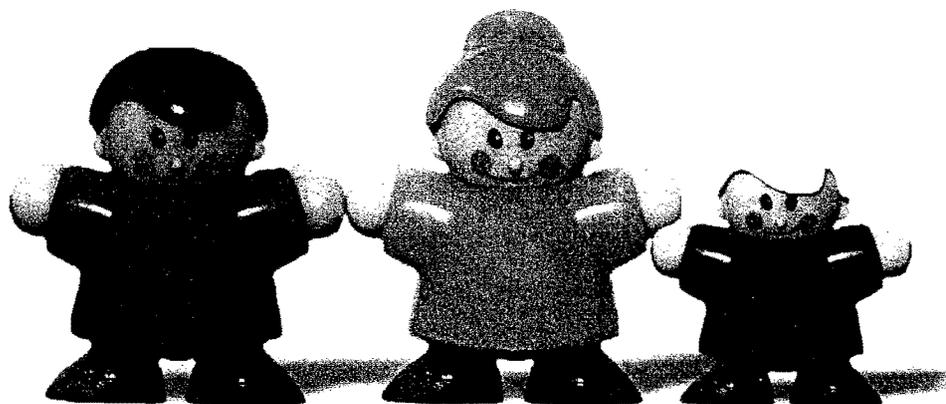
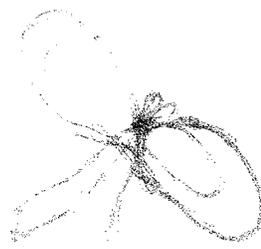


# Laços Familiares e Sociais

Maria Engrácia Leandro  
(Coordenação)



nasidosoma

Família

<b>Título Original</b>	Laços Familiares e Sociais
<b>Autores</b>	Maria Engrácia Leandro (Coordenação)
<b>Copyright</b>	2011, PsicoSoma
<b>Paginação e Capa</b>	Hugo Carvalho - PsicoSoma
<b>Impressão e Acabamento</b>	A.J. Sá Pinto & Filhos Enc, Lda - Viseu

ISBN: 978-972-8994-31-0  
Depósito Legal Nº: 326470 / 11

1ª Edição, Viseu, Maio de 2011

**Reservados todos os Direitos para:**

Psico & Soma - Livraria, Editora, Formação e Empresas, Lda.  
Largo do Pintor Gata, Nº13  
3500-136 Viseu  
Portugal

Telefone: +351 232 431 060  
FAX: +351 232 431 059

<http://www.psicosoma.pt>

[editora@psicosoma.pt](mailto:editora@psicosoma.pt);

[info@psicosoma.pt](mailto:info@psicosoma.pt)

Telefone: +351 232 431 060

FAX: +351 232 431 059

Esta obra é um livro técnico e destina-se ao ensino.

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida por qualquer processo (incluindo a fotocópia), transmitida ou traduzida em linguagem máquina sem a autorização por escrito do editor.

## ÍNDICE

## CAPÍTULO I – LAÇOS SOCIAIS E FAMILIARES: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E DESAFIOS 25

<b>Os laços sociais em questão. Metamorfoses sociais, metamorfoses de uma noção</b>	<b>27</b>
Quando das velhas questões advêm novas	27
O laço social e a emergência do pensamento sociológico	31
Os mecanismos de integração social em situação de marginalidade	38
Modernidade, vulnerabilidade e laço social	43
Estado providência e laço social	46
Conclusão	53
<b>Bibliografia</b>	<b>55</b>
<b>L'explosion du lien social</b>	<b>59</b>
Avant de poser l'argument principal de la thèse	59
2. L'histoire de l'individu individualisé	61
3. Les deux «crises du lien social»	62
4. La reconnaissance	65
<b>A sociologia e a construção da infância: olhares do lado da família</b>	<b>69</b>
Introdução	69
Uma constelação de olhares	69
A criança: do lado da família	70
A criança: temas e problemas do lado da sociologia	75
<b>Bibliografia</b>	<b>77</b>
<b>Laços familiares pós-divórcio. Incondicionalidade dos laços de filiação</b>	<b>79</b>
Individualização e fragilidade dos laços familiares	79
Efeitos do divórcio sobre o laço familiar	83
O laço contratual e os seus limites	86
O laço filial	88

Conclusão	91
<b>Bibliografia</b>	<b>93</b>
<b>Laços familiares em questão: antinomias nas sociedades hipermodernas</b>	<b>95</b>
Introdução	95
Figuras de laços parentais e filiais mais fragilizados	98
Famílias recompostas: uma teia de laços familiares e sociais	106
Novas famílias, novas recomposições, novas fraternas	110
À laia de conclusão	112
<b>Bibliografia</b>	<b>114</b>
<b>CAPÍTULO II – QUESTÕES DE MUDANÇAS SÓCIO-FAMILIARES E SOLIDARIAS</b>	<b>117</b>
<b>Repensar a família de hoje na perspectiva dos valores, dos objectivos de vida e da gestão dos recursos</b>	<b>119</b>
Introdução	119
1. A irreversibilidade dos indicadores	120
2. A importância da participação das mulheres na vida activa e suas repercussões na família	123
3. Famílias de hoje: que competências gestionárias terão de adquirir para conciliar os desafios com as incertezas da vida?	126
4. Desafios e incertezas das famílias actuais	133
5. Conclusão	139
<b>Bibliografia</b>	<b>144</b>
<b>O novo adulto e os novos laços familiares</b>	<b>149</b>
1. O adulto inacabado e os novos valores familiares.	150
O adulto que adia a procriação e tem menos filhos	152
<b>Bibliografia</b>	<b>162</b>
<b>A crise do humano, a família e os novos laços sociais</b>	<b>165</b>
A crise do humano	165
2. Experiência e ambivalência	167
3. Novos laços	170
<b>Bibliografia</b>	<b>171</b>

**Laços Fan  
Menores**

Introdu

A Infár

O Fené

Os Mer

Os mer

Conclu

**Bibliograf****ANEXO – C****Rupturas e**

Introdu

1. Cresc

2. Deser

**Bibliografi****Anexo 1****Modelos Fe****BIBLIOGR****CAPÍTULO III –****Construção  
das sociolo**

A extens

A noção

Emergên

Conclusã

**BIBLIOGRA****Filhas de fa  
nas Miseric****Bibliografia**

91	<b>Laços Familiares. Consequências e Desafios na Situação de Menores em Risco</b>	<b>173</b>
93	Introdução	173
	A Infância na Sociologia	175
95	O Fenómeno Social dos Menores em Risco	176
95	Os Menores em Risco à luz de diferentes perspectivas	178
98	Os menores em risco em contexto familiar	183
106	Conclusão	193
110	<b>Bibliografia</b>	<b>196</b>
112	<b>ANEXO – Glossário de Situações de Risco</b>	<b>198</b>
114		
	<b>Rupturas sócio-familiares e a vivência do desemprego</b>	<b>201</b>
117	Introdução	201
	1. Crescente precarização da relação trabalho e emprego	201
	2. Desemprego e riscos de dissociação dos laços sociais	203
de	<b>Bibliografia</b>	<b>207</b>
119	<b>Anexo 1</b>	<b>208</b>
119		
120		
er-	<b>Modelos Familiares Ciganos – Transformações e Continuidades</b>	<b>209</b>
123	<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>224</b>
a		
126		
133		
139	<b>CAPÍTULO III – VIVER EM CONJUNTO CONSTRUIR COESÃO SOCIAL</b>	<b>225</b>
144		
	<b>Construção de rupturas sociais: pobreza e exclusão social na perspectiva das sociologias da integração social</b>	<b>227</b>
149	A extensão das questões inerentes ao laço social	227
150	A noção de pobreza	230
152	Emergência da noção de exclusão social	235
162	Conclusão	244
	<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>246</b>
165		
165	<b>Filhas de famílias pobres: honra, pobreza e caridade nas Misericórdias portuguesas (séculos XVII e XVIII)</b>	<b>249</b>
167		
170	<b>Bibliografia</b>	<b>263</b>
171		

<b>Solidariedades Familiares E Sociais</b>	<b>267</b>
Introdução	267
I - A família como actor de coesão social	267
<b>Ciganos - Na Margem do Estado-Providência</b>	<b>275</b>
As condições da pesquisa	275
Solidariedade e identidade étnica	276
Rede comunitária de providência e Identidade defensiva	280
<b>Bibliografia</b>	<b>284</b>
<b>Laços sociais preservados, laços sociais procurados. Famílias em contextos migratórios</b>	<b>285</b>
A família no centro das migrações internacionais	285
De geração em geração: desafios e recursos em termos de laços familiares e sociais	289
Migrações, família e inovação	294
Memória, transmissões e mediações familiares	297
Migrações, família e transformações dos laços sociais	302
O laço familiar e social no contexto migratório	304
Conclusão	308
<b>Bibliografia</b>	<b>310</b>

Fala-se de  
inglesa. T  
fracos, são  
de tal mo  
desfaça, e  
que perten

No context  
controvérsias ac  
simultaneamen  
familiares e soc  
porque as ideol  
contendo em si  
duro revés a par  
as importantes r  
Estado-providêr  
(J. Fourastié, 19

1. *Coube a França da modernidade*, após uma análise das características da volta do século XVIII, dá-nos a ver que vividos com muito não constitui uma ruptura e de modo diferente, continua de organização da economia, na emergência e afirmativas relações, na diferenciação da escolarização, no investir firme e não para regressar do da industrialização, na aumento da secularização de modernidade, que na esteira Estado neste mesmo âmbito um grupo de investigadores: Gunderman, G. Gilberg e outros dos estudos e métodos aplicados, do autor de 1968, tem menos de 100 páginas, mas for Amy, 1968, 1991, 1992, 1993. Em suma, trata-se de um trabalho que trata de como os diste não são os mesmos, mas a modernidade e a cultura do

re dont  
dividus  
avons  
idus qui  
choisis.  
ouvons  
enne» et  
pes, des  
manière  
est pas

n socio-  
idéal du  
à chacun  
ponse au  
libres et

## A SOCIOLOGIA E A CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA: OLHARES DO LADO DA FAMÍLIA<sup>10</sup>

Ana Nunes de Almeida, ICS, Universidade Clássica de Lisboa

### INTRODUÇÃO

Este texto parte de uma constatação: a representação moderna da infância constrói-se a partir de uma constelação diversificada de olhares, de discursos, de saberes e *expertises* sobre a criança – emergindo das representações e das práticas quotidianas de actores concretos (inscritos num espaço social desigualitário, cruzado por temporalidades distintas), ou do campo dos saberes científicos, ou ainda do discurso mediático. Neste quadro, a família é um lugar privilegiado para a observação dos processos de produção da infância, tal como a criança é um protagonista activo da construção (prática e simbólica) da família.

Propomo-nos aqui reflectir sobre as novas modalidades da regulação familiar, nomeadamente as relações de parentalidade na modernidade tardia, e sobre o olhar a partir do qual constituem a criança (tal como os respectivos pai e mãe) como sujeito autónomo. O objectivo é ilustrar o alcance de uma sociologia da infância que desafia o investigador com a descoberta de um objecto relativamente inexplorado, mas sobretudo se propõe interpelar a infância enquanto problema – permitindo interrogar as fronteiras e os limites do saber sociológico estabelecido, explicar e compreender o fabrico de um tecido social contraditório, onde se cruzam ordem e mudança, tradição e modernidade, se confrontam actores e estruturas.

### UMA CONSTELAÇÃO DE OLHARES

A norma da infância moderna é, na Europa Ocidental, um produto do séc. XVIII, de uma burguesia urbana que consegue controlar a sua fecundidade e ostenta o “sentimento” e o “privado” como bastiões da sua distinção face a outros grupos e meios sociais. Espelho da felicidade do casal, a criança é reconhecida enquanto categoria de idade específica, nos seus traços próprios e únicos, na sua fragilidade. A privatização e a sentimentalização da vida familiar acontecem a par da importância atribuída pelos pais à escola, lugar da aprendizagem técnica e moral, onde a criança é colocada entre os seus pares. Esta representação emergente da família torna-se, também, um desafio de dominação e aplanamento de diversidades. Estratégias de domesticação ao domicílio

<sup>10</sup> Este texto é a versão portuguesa do capítulo “La sociologie et la construction de l'enfance. Regards du côté de la famille”, incluído num livro editado por Regine Strota (2006): *Éléments pour une sociologie de l'enfance*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

são implementadas pelos dispositivos de poder e de saber do Estado-Nação, com o objectivo de inculcar às classes populares a nova ordem familiar burguesa. Práticas de classe e de famílias, inscritas numa sociedade desigualitária, estão assim na origem de representações da infância através das quais se disputam os critérios da sua normalidade e se categorizam as suas margens, se propõem modos de percepção da criança na sua relação com o adulto.

Ao lado das representações e práticas de actores concretos (portadores de diferentes condições de classe, de género ou de etnia), o fabrico social da infância apoia-se também nos discursos e teorias científicas sobre a criança. Desde a medicina clínica do séc. XVIII, que inaugura a observação positivista do corpo e elege a díade mãe-filho como alvo privilegiado da sua prática, até à psiquiatria, passando pela psicologia, a psicanálise, a antropologia ou mesmo um "parente pobre" como a sociologia, todos estes saberes conferem à criança, às crianças, uma natureza, um estatuto, competências, um lugar na sociedade. Muito frequentemente, tipificam e avaliam, segundo uma escala-padrão, o seu desenvolvimento, saúde e bem estar (físico, psicológico, social). Fornecem, em suma, modos de interpretação da realidade, modalidades de intervenção sobre esse objecto.

A estes dois olhares junta-se, nos últimos anos, o avanço crescente do campo mediático sobre a infância (normal, legítima, desejável), sobre as outras infâncias (marginais, vitimizadas, diabolizadas, socialmente longínquas). Tendo não raro como prioridade a produção de um sensacional vendável, os *media* (imprensa mas, sobretudo, televisão), são um poderoso instrumento de produção, difusão e institucionalização de discursos simplificadores e normalizadores sobre a criança nas sociedades da globalização.

Os adultos falam portanto entre si através destes discursos e saberes sobre a criança, fazendo circular mensagens que reflectem o real onde se situam, as relações de poder e de domínio que os aproximam ou separam. Mas simultaneamente, e na sua capacidade de representação, estes discursos socialmente situados são um instrumento-chave de produção do real. Num duplo jogo permanente de selecção e de ocultação, estruturam-no simbolicamente e codificam-no, investem-no de significado e interpretam-no.

#### A CRIANÇA: DO LADO DA FAMÍLIA

A representação da criança constrói-se portanto, também, a partir da família. Esta não é certamente o posto exclusivo ou o único legítimo para a sua observação metódica. A familiarização da criança (como a da

mulher, aliás) com a naturalização é submisso em relação à visibilidade e auto-descobrir e problematizada nos ter-pesquisa uma "criança socialização", "actos culturais" (James, 1982).

Aliás, a família ao longo das últimas décadas e os *timings* da modernidade nacionais ou regionais e representações, circula e transporta, muito neste aspecto que faz circular e se cruzam tempo e espaço da paisagem familiar objecto e enquanto de viragem.

Mesmo se se situam em contextos familiares, pode a estrutura em torno das razões subjectivas e das importâncias acordadas sexual, privado, a dimensão. Tão importante que a realização individual presente imediato, (Singly: 2000), instaura o homem ou mulher das relações de género associativo, formando possuindo nomeadamente formação escolar e contraceptiva género representações do feminino) alojam-se sua sobrevivência (e

Ao modelo fusivo casado, orientado e acentuada das tarefas

mulher, aliás) comporta riscos que importa controlar, nomeadamente o da naturalização de uma concepção ideológica sobre o seu lugar menor e submisso em relação ao adulto-homem, negando-lhe metodologicamente visibilidade e autonomia. Mas a pista da família é sempre estratégica para descobrir e problematizar a infância nas sociedades contemporâneas, encarada nos termos do novo paradigma emergente que propõe à pesquisa uma criança como “being in the present”, “actor da sua socialização”, “actor de corpo inteiro”, “sujeito de palavra, produtor de culturas” (James, A, Jenks, C e Prout, A: 1998).

Aliás, a família europeia já não é o que era... E as suas transformações ao longo das últimas décadas são notáveis. A intensidade, os ritmos e os *timings* da mudança não são idênticos nos diferentes contextos nacionais ou regionais, em grupos sociais distintos; distinguem práticas e representações, comportamentos e valores. Por outro lado, a mudança transporta, muito frequentemente, traços de continuidade do passado, aspecto que faz do presente uma realidade multidimensional, onde se cruzam temporalidades contrastadas. Contudo, a reconfiguração da paisagem familiar é significativa; ora, simultaneamente enquanto objecto e enquanto sujeito, a criança é um elemento-chave neste processo de viragem.

Mesmo se se simplificar e ignorar a diversidade real dos modelos familiares, pode admitir-se que a família da modernidade tardia se estrutura em torno do casal, assente em 4 pilares. O primado do amor e das razões subjectivas do coração no *design* do cenário da família, a importância acordada à noção de compromisso interno, afectivo e sexual, privado, a de contrato negociado entre os parceiros, é um deles. Tão importante quanto a individualização, a prioridade dos valores da realização individual através do casal, o da conquista da felicidade no presente imediato, o ideal da família como lugar da “revelação de si” (Singly: 2000), instrumento de sucesso posto ao serviço do indivíduo, homem ou mulher. No quadro da democratização e da paridade das relações de género, um terceiro eixo acompanha a ideia do casal associativo, formado por parceiros iguais e sujeitos autónomos – possuindo nomeadamente percursos equivalentes na esfera pública da formação escolar e do trabalho profissional. Tendo em conta a oferta contraceptiva generalizada e o controlo fiável da fecundidade, novas representações do corpo, da sexualidade e do prazer (masculinos e femininos) alojam-se no interior do casal e tornam-se instrumentos da sua sobrevivência (e mesmo da sua fundação).

Ao modelo fusional da família dos anos sessenta, assente no casal casado, orientado para a filiação, caracterizado por uma divisão acentuada das tarefas entre homens e mulheres, por relações hierárquicas

entre pais e filhos, vem juntar-se, no presente, o da família fundada no casal associativo, desinstitucionalizado, feito de indivíduos iguais em direitos e deveres, onde a prioridade não é tanto a criação dos filhos, mas sobretudo o sucesso e a realização de si através do casal. O todo que constituía no passado o território familiar, fragmentou-se aliás em partes dissociadas, e os parceiros fazem hoje uma gestão *à la carte* de dimensões que outrora se sucediam em linha no tempo: a sexualidade, o casamento, a conjugalidade, a fecundidade, a procriação, a maternidade e a paternidade.

As reconfigurações conjugais associam-se a mudanças no lugar e estatuto da criança no seio da família, nomeadamente nas relações de parentalidade. Para o casal, o filho tornou-se uma escolha racional, planificada e posta no mundo sob condição – num cenário onde, de resto, se diversificam tecnicamente, graças à procriação medicamente assistida, as modalidades da sua produção. Mas a criança é sempre um símbolo do seu sucesso, uma das frentes necessárias da realização feminina e masculina, cuja diversidade no entanto é reconhecida.

Na sua óptica extensiva, os *European Values Surveys* (EVS) confirmam plenamente a importância, sobretudo para as mulheres mas também para os homens dos países da União Europeia, “de ter filhos para se sentir realizado” (Almeida, 2003). Para a grande maioria dos inquiridos, um filho não preenche a exclusividade da realização pessoal, mas é certamente uma das condições-chave para a atingir. Estudos em profundidade permitem ilustrá-lo. Numa pesquisa recente sobre saúde reprodutiva das mulheres portuguesas, verificou-se o facto de a criança, nomeadamente enquanto projecto de maternidade no futuro, estruturar precocemente a representação dos trajectos sociais das adolescentes (mesmo as mais escolarizadas) (Almeida, 2004). Tal como os projectos escolar e profissional, e ao contrário do da conjugalidade (ainda impreciso e incerto naquela idade), vir a ser mãe e ter filhos é muito precocemente representado nos seus detalhes (número e sexo, calendário dos nascimentos) e, sobretudo, na sua importância única. Ora tal acontece no momento em que as jovens fazem, na escola, as suas primeiras escolhas de vocação em matéria de carreiras profissionais. Para as mulheres adultas e activas, os discursos evidenciam a representação da maternidade como uma decisão e uma escolha plenamente controladas, campo de realização com gratificações múltiplas. Encontram-se por isso traços de continuidade com o passado, num contexto onde ao mesmo tempo se diversificaram intensamente os domínios de construção da identidade feminina. Apesar de não ser o centro de gravidade, a criança deixa uma marca única no xadrez dos terrenos concorrentes de realização, tanto individual como conjugal.

A queda da  
feminina, a p  
condições de s  
escolarização c  
um efeito direc  
de trabalho da  
exigências e exp  
e a complement  
família, são uma  
a forte mobilizaç  
excelência acadé  
das estratégias fa

Do ponto de  
autonomia const  
fragmentado de  
multiformes, as  
Desde logo, a rela  
recusa a colagem  
mas que nem por  
mãe educativa (Ne

Surge assim um  
entrada massiva da  
masculinos (nomea  
lugares parentais e  
infância conservam-  
é sempre feminina e  
criança, sendo o pai  
estereótipos de gêne  
ditadas pelos discurs  
secundarização do pa  
também, a defesa fer  
recusa partilhar. Os re  
esclarecedores... Num  
contraste entre, por ur  
profissionais ou instru  
moderada dos papéis fa  
em matéria de “educaç  
sublinhar (Almeida: 21  
constata-se que entre os  
e afectivas dos homens  
criança, a casa não é por  
o território exclusivo da

A queda da fecundidade, o crescimento contínuo das taxas de actividade feminina, a profissionalização das mães associam-se a mudanças nas condições de socialização da criança e do exercício da parentalidade. A escolarização cada vez mais precoce das crianças pode ser encarada como um efeito directo da necessidade de guarda formal durante a jornada de trabalho da mulher; mas revela-se também um indicador das novas exigências e expectativas educativas dos pais, para quem a diversificação e a complementaridade das experiências pedagógicas, entre a escola e a família, são uma abertura a encorajar (Plaisance, 1986). Por outro lado, a forte mobilização educativa dos pais em torno do diploma escolar e da excelência académica dos seus filhos reforça as dimensões performativas das estratégias familiares de socialização.

Do ponto de vista da criança, o seu "ofício" (Sirota, 1998) e a sua autonomia constroem-se numa pluralidade de instâncias, num *puzzle* fragmentado de referências, de laços sociais e relações educativas multiformes, as quais não se sobrepõem necessariamente entre si. Desde logo, a relação com a mãe, uma mulher quase sempre activa e que recusa a colagem automática do feminino ao doméstico e ao maternal, mas que nem por isso deixa de aspirar a desempenhar o papel de uma mãe educativa (Neyrand: 2000).

Surge assim uma relação desigual e paradoxal de género. Apesar da entrada massiva das mulheres nos universos públicos tradicionalmente masculinos (nomeadamente a escola e o emprego), a assimetria dos lugares parentais e a marginalização dos pais dos universos privados da infância conservam-se quase intactos; a relação indispensável à educação é sempre feminina e filtrada pelo modelo predominante da díade mãe-criança, sendo o pai claramente posto à sua margem. As desigualdades e estereótipos de género que modelam o mercado de emprego, as normas ditadas pelos discursos dominantes contribuem fortemente para a secundarização do papel paternal junto da criança. Encontraremos aqui, também, a defesa feminina de um bastião de poder tradicional que se recusa partilhar. Os resultados portugueses do EVS são, a este respeito, esclarecedores... Num país de taxas de actividade feminina tão elevadas, o contraste entre, por um lado, o consenso esmagador em torno dos papéis profissionais ou instrumentais femininos e, por outro, a aceitação muito moderada dos papéis familiares, expressivos masculinos (nomeadamente em matéria de "educação dos filhos" ou da "gestão das emoções") é de sublinhar (Almeida: 2003). Detalhando estes resultados por género, constata-se que entre os inquiridos que negam as competências paternas e afectivas dos homens estão sobrerrepresentadas as mulheres. Para a criança, a casa não é portanto um espaço misto. Mas a casa não constitui território exclusivo da sua experiência quotidiana.

Para além do pai e da mãe, os avós são também referências significativas neste *puzzle* de laços múltiplos. Em sociedades de longa esperança de vida, onde co-existem várias gerações no tempo e se invertem as respectivas proporções aritméticas, eles podem desempenhar junto da criança importantes funções afectivas, de guarda (regular, esporádica), lúdicas, etc. Pela sua relação vertical durável transmite-se frequentemente a memória familiar, sobretudo nos casos de ruptura do laço conjugal entre os pais. Em casa, a criança cresce entre adultos e o seu estatuto de filho ou neto tornou-se quase exclusivo ou predominante face a outros que, no passado, o integravam na rede de pares (irmãos e irmãs, primos e primas) e diversificavam a interacção familiar. O divórcio e os processos de recomposição familiar introduzem outros personagens nestes universos heterogéneos da infância: a partir do padrasto e da madrasta dinamizam-se trocas parentais e fraternais, fora ou ao lado dos laços biológicos.

Entretanto, e com a expansão das formas de socialização colectiva, a criança é cada vez mais cedo posta em relação com outros agentes socializadores, aos quais se confia a sua guarda, se delega a sua instrução, com os quais se partilha a educação – no infantário, na creche, na escola, no ATL, etc. Aí, é colocada entre os seus pares, partilhando a experiência de uma dupla participação (que é simultaneamente uma reapropriação interpretativa) numa ordem social de adultos e uma outra de crianças, sendo que esta dinâmica estrutura activamente a sua identidade colectiva (Corsaro: 2005).

Os terrenos heterogéneos, que constituem os contextos de vida da criança contemporânea, propõem-lhe (ou impõem-lhe) um leque de lugares concorrenciais de aquisição e desenvolvimento de papéis, competências, saberes, percepções sobre o mundo, e um universo diversificado de personagens e laços afectivos significativos. Tal como o seu pai e mãe, as suas frentes de investimento, de sucesso e de construção de identidade são múltiplas e por vezes contraditórias entre si. Tal como o seu pai e a sua mãe, é representada na ideologia familiar dominante como um sujeito, portador de direitos, diferença e autonomia. À imagem imperial do casal-compromisso, do casal-negociação envolvendo adultos iguais, a relação educativa dos pais à criança acolhe dimensões expressivas, ajustadas à sua personalidade original, encorajando a “descoberta de si”. Vêm juntar-se às dimensões mais estritamente performativas, nomeadamente no domínio da competição e sucesso escolares. A relação empática, o diálogo compreensivo, a motivação e persuasão negociadoras, a escuta democrática surgem como peças fundamentais da representação destes novos “estilos educativos” parentais.

#### A CRIANÇA: TE

É interessante o papel do cumplice de ce científicos. Não representação d reivindicações te postulando a cri de cultura”, “pro do seu ponto de ruptura face a ou enquanto catego biológica, cópia e rasa que o adulto percurso linear, o

O sociólogo e problemas e de pi

Em primeiro lu ano do termo). Ec que coloca à rea deve ser criticame ter em conta, no Numa paisagem d redução quantitati deste novo objecto social de conhecim minoritário, mas c económica) do que sociológica da infâr mulheres no merca elas para aí transp interesses e pela s: “sujeito autónomo” não será um sub-p justamente típica c investigador (ou inv Depois, o soció estratégias de inv riqueza desta abertu hegemónica, a diveri infância e a criança e étnicos, segundo

## A CRIANÇA: TEMAS E PROBLEMAS DO LADO DA SOCIOLOGIA

É interessante cruzar esta reorientação da normatividade familiar, cúmplice de certos meios sociais privilegiados, com a dos saberes científicos. Não podemos deixar de sublinhar a cumplicidade entre a representação da criança-sujeito, autónoma, no seio da família, com as reivindicações teóricas inovadoras da sociologia da infância emergente – postulando a criança como “actor de corpo inteiro”, “sujeito de palavra e de cultura”, “protagonista da sua socialização”, reclamando a introdução do seu ponto de vista na pesquisa. E marcando vigorosamente a sua ruptura face a outras concepções do passado, ditas tradicionais: a infância enquanto categoria de idade fixa e estável, fronteira da imaturidade biológica, cópia em pequena escala do universo adulto, o vazio e a *tabula rasa* que o adulto socializador molda a seu gosto, a primeira etapa de um percurso linear, o projecto em devir de alguém que ainda não o é...

O sociólogo entra aqui, pela mão da criança, num núcleo duro de problemas e de pistas de investigação maiores e sedutoras.

Em primeiro lugar, a clássica “relação aos valores” (no sentido weberiano do termo). Formando a base das questões (arbitrárias, subjectivas) que coloca à realidade, infinitamente rica e complexa, esta relação deve ser criticamente assumida e constitui um dos momentos-chave a ter em conta, no momento de partida de qualquer reflexão científica. Numa paisagem demográfica de baixa acentuada da fecundidade e de redução quantitativa da população infantil, a emergência e visibilidade deste novo objecto sociológico (a criança) não responderá a uma procura social de conhecimento sobre um bem que se tornou quantitativamente minoritário, mas do qual depende a sobrevivência (política, cultural, económica) do que se designa como “modelo europeu”? A descoberta sociológica da infância não será também reflexo da entrada massiva das mulheres no mercado de emprego científico e académico, o sinal de que elas para aí transportam a sua nova curiosidade, orientada por outros interesses e pela sua condição de género? Finalmente, o estatuto de “sujeito autónomo” inovador que a sociologia se propõe conferir à criança não será um sub-produto da norma familiar e parental dominante, justamente típica do universo social, familiar e representacional do investigador (ou investigadora)?

Depois, o sociólogo confronta-se com problemas ou hipóteses estratégicas de investigação. Alguns exemplos permitem ilustrar a riqueza desta abertura. Apesar da visibilidade dominante de uma norma hegemónica, a diversidade das representações contemporâneas sobre a infância e a criança (por exemplo segundo os meios sociais, familiares e étnicos, segundo os discursos periciais e profissionais) fica por

aprofundar, caracterizar e explicar. A pista do "ponto de vista do actor" pode introduzir elementos inéditos nesta descoberta: quais são, do lado das próprias crianças, as representações que constroem sobre a infância, em geral, sobre a sua infância ou a infância dos outros, em particular? Como se diversificam estas representações e estes discursos infantis a partir das suas diferentes inscrições sociais, familiares e de género? Saindo do domínio das representações, podem encarar-se ainda outros percursos de pesquisa. Para além da discussão acerca da "convivência cultural" entre produtores de saberes e protagonistas de práticas sociais inovadoras, que dizer do desfasamento provável entre a norma familiar hegemónica (cuja difusão fica por provar ou explicar) e a pluralidade dos universos, concretos e situados, da infância? Como se constrói e investe de sentido, em terrenos empíricos particulares, esta relação (ora de distância, ora de colagem) entre representações e práticas da infância?

Assim, para a sociologia, o novo paradigma da infância não deve simplesmente traduzir-se na revelação ou aproximação acomodada a novos terrenos empíricos, delimitados em si mesmos, até hoje marginalizados ou à espera de serem descobertos pela agenda científica. Sob pena de os naturalizar, a sociologia deve pelo contrário interpelar "a infância" enquanto problema teórico, reconhecendo a sua importância para o fabrico do tecido, material e simbólico, que forra as sociedades onde vivemos, para a estruturação das relações de desigualdade e de poder entre os grupos que a constituem. Será, ao mesmo tempo, uma oportunidade para interrogar o saber dominante, as suas lógicas corporativas e interessadas de produção de visibilidade (e obscuridade), as suas fronteiras disciplinares, a validade e as limitações dos seus instrumentos conceptuais e metodológicos de abordagem da realidade.

ALMEIDA  
pap  
mud

ALMEIDA  
e sa

ALMEIDA  
Fecu  
port

CORSARC  
Pini

JAMES, A  
Pre:

JOSEPH,  
Par

KELLERF  
Lau

MONTAI  
ang

MONTAI  
ang

NEYRAN  
l'év

PLAISAN

QVOTR  
L. t  
chil

SARMEN  
del  
con

SIROTA,  
a d

SIROTA,  
Un

SIROTA,  
évi

do actor”  
 , do lado  
 infância,  
 articular?  
 infantis  
 género?  
 la outros  
 onivência  
 as sociais  
 familiar  
 dade dos  
 e investe  
 (ora de  
 fância?  
 não deve  
 omodada  
 até hoje  
 ientifica.  
 rpelar “a  
 ortância  
 ciedades  
 aldade e  
 o tempo,  
 is lógicas  
 uridade),  
 dos seus  
 alidade.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. Nunes de (2003), “Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis” in J. Vala, M. Villaverde Cabral e A. Ramos (orgs.). *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS, pp. 47-93.
- ALMEIDA, A. Nunes de (2000), “A sociologia e a descoberta da infância: contextos e saberes”, *Forum Sociológico*, (3/4), pp. 11-32.
- ALMEIDA, A. Nunes de (coord.), André, I. M., Lalanda, P. e Vilar, D. (2004), *Fecundidade e contraceção – percursos de saúde reprodutiva das mulheres portuguesas*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- CORSARO, W. (2005), *The sociology of childhood, second edition*, Thousand Oaks, Pine Forge Press.
- JAMES, A., JENKS, C. e PROUT, A. (1998), *Theorizing childhood*, Cambridge, Polity Press.
- JOSEPH, I. e FRITSCH, P. (1977), *Disciplines à domicile: l'édification de la famille*, Paris, Recherches.
- KELLERHALS, J. e MONTADON, C. (1991), *Les stratégies éducatives des familles*. Lausanne, Delachaux et Niestlé.
- MONTADON, C. (1997), *L'éducation du point de vue des enfants*. Paris, L'Harmattan.
- MONTADON, C. (1998), “La sociologie de l'enfance: l'essor des travaux en langue anglaise”, *Éducation et Sociétés*. (2), pp.91-118.
- NEYRAND, G. (2000), *L'enfant, la mère et la question du père. Un bilan critique de l'évolution des savoirs sur la petite enfance*. Paris, PUF.
- PLAISANCE, E. (1986), *L'enfant, la maternelle, la société*, Paris, PUF.
- QVORTRUP, J. (1995), “Childhood in Europe: a new field of social research” in L. Christensen et al. (eds.). *Growing up in Europe: contemporary horizons in childhood and youth studies*, Berlin/N York, Walter de Gruyter, pp. 7-21.
- SARMENTO, M. e PINTO, M. (1997), “As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo” in M. Pinto e M. J. Sarmiento (orgs). *As crianças, contextos e identidades*. Braga, CEC/Universidade do Minho, pp. 9-30.
- SIROTA, R. (2000), “As civilidades da infância contemporânea. O aniversário ou a descodificação de uma configuração”, *Forum Sociológico*, (3/4), pp. 49-69.
- SIROTA, R. (dir.), (2006), *Éléments pour une sociologie de l'enfance*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.
- SIROTA, R. (1998), “L'émergence d'une sociologie de l'enfance: évolution de l'objet, évolution du regard”, *Éducation et Société* (2), pp. 9-33.